

TJDFT
Arquivo Central
Caixa 486

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Volume I

133

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DOS DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS
FALENCIAS E CONCORDATAS DO DISTRITO FEDERAL

Juiz de Direito: MAURO DEWAN BITTENCOURT
Dir. Secretária: CARMENCITANDA SILVA NEIVA

261

FALENCIA

PROCESSO Nº 2.007/62

MÓVEIS E DECORAÇÕES RIO LAR LTDA

SÍNDICO:

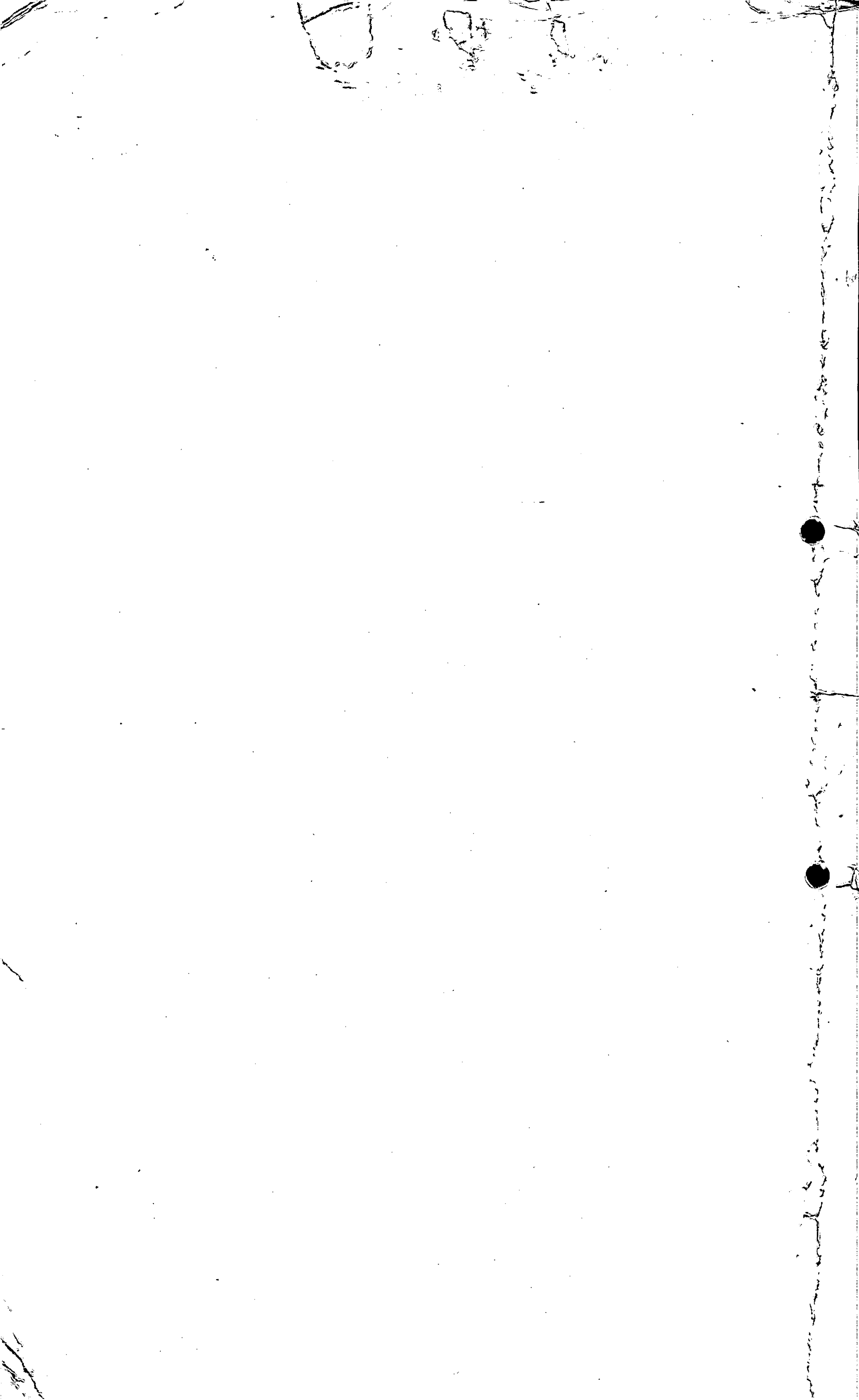
AUTUAÇÃO

ENCERREDO
Livro nº 03 Fls. nº 136
Nº 2148/84

Aos 10 dias do mês de ABRIL de mil novecentos e 85

, nesta Capital Federal, em meu cartório, autuei a petição e
documento que se segue, do que faço este termo. Eu, Bel^a CARMENCITA DA
SILVA NEIVA). Diretor(a) de Secretária, o subscrevo:

Reg^o Proc^{os} L. Fls. Sent. Reg^{da} no L. Fls.



I 4 volumes

3.ª VARA CIVIL
FLS. 02



JUIZO DE DIREITO DA 1.ª VARA CIVEL
DO DISTRITO FEDERAL

N.º 2007 -

R.A. à conclusão.
Em 16 julho 1974. 1962
[Signature]

Juiz - Dr. Mário Dante Guerrera
Escrivão Carlos Alfredo Dias de Mello

Valor: NCr\$ _____

TOMBO: 01
FLS: 08
N.º 0105/74

~~POSSESSÓRIA~~

*Salvadora
Paula de Moraes
Lima Lourenço*

AUTUAÇÃO TOMBADA
Livro n.º 01 Fls. n.º 136
N.º 2148/84

_____ dias do mês de _____
mil novecentos e _____, nesta Capital Federal, em meu
rio autuei a petição e _____ documen-
e se segue _____, do que faço este termo. Eu, _____
_____, Escrivão, o subscrevo.

Liv.º *I* fls. *127* Reg. de sent.: Liv.º _____ fls. _____
do Autor: _____
» Reu: _____



VARA CIVIL
FLS. 03



Juiz de Direito da Vara Cível do Distrito Federal

Juiz: Dr. Darcy Rodrigues Lopes Ribeiro

Escrivão: Carlos Alfredo Dias de Mello

Concordata Preventiva

Móveis e Decoração

"Rio Laran" Ltda

AUTUAÇÃO

Aos 14 dias do mês de fevereiro de 1962

nesta cidade de Brasília, Capital Federal,

em Cartório, autuo a petição, distribuída a este

Juiz, com os documentos, que se seguem,

eu Carlos Alfredo Dias de Mello

Escrivão subscrevi.



THE UNIVERSITY OF CHICAGO

PHYSICS DEPARTMENT

530 SOUTH EAST ASIAN AVENUE

CHICAGO, ILL.

D. ao M.M. Juiz da _____ vara

civil nº _____

Brasília, 13 de 2 de 1962

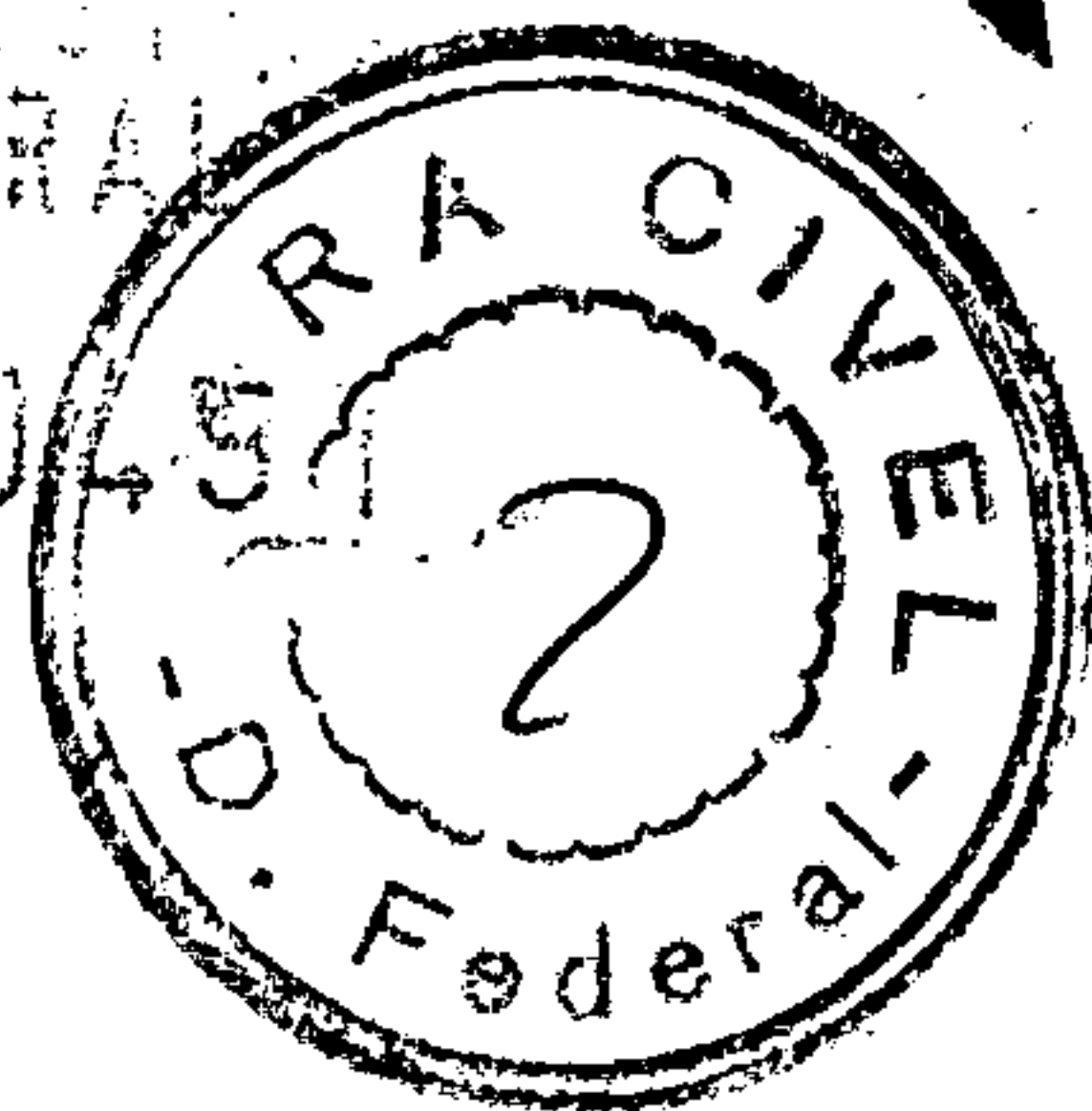
O Corregedor

Caetano de Campos

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL

12 FEV 15 1962

00430



Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Cível

O. A. Mendes

11-2-62
Walter de

3.ª VARA CIVIL
FLS. 04

MOVEIS E DECORAÇÕES "RIO LAR LTDA.", estabelecida na Av. W/3 Q/13 Lojas 4, registrado no Departamento Nacional de Indústria e Comércio Posto de Registro de Comércio, desta Capital, sob o n. 387, vem, mui respeitosamente expôr e, ao final, pleitear o seguinte:

Iniciando as suas atividades, em janeiro de 1959, na cidade fluminense de São Gonçalo, a requerente, em meados do ano próximo findo, se instalou, nesta Capital, possuindo, hoje, duas lojas, no Plano Piloto, nos enderêços mencionados.

As perspectivas eram e são das melhores, conforme se demonstrará adiante. Acontece, no entanto, que a retração de créditos, agravada com a política financeira adotada pelo Governo, empossado, em 31 de janeiro de 1961, resultou em dificuldades para a requerente, que não podia travar a marcha do tempo. Influíram, sobretudo, nesta situação, as condições peculiares de Brasília, motivo por que o volume de vendas, conquanto não tenha sido pequeno - há mais de nove milhões de cruzeiros a receber - dado o fato de ser a prazo, não chegou a satisfazer o necessário, tratando-se de uma firma nas condições da requerente.

Assinale-se, MM Juiz, que as dívidas provenientes das compras a prazo, quando não há provisão para cobertura, quer com fundos de capital circulante próprio, quer com créditos



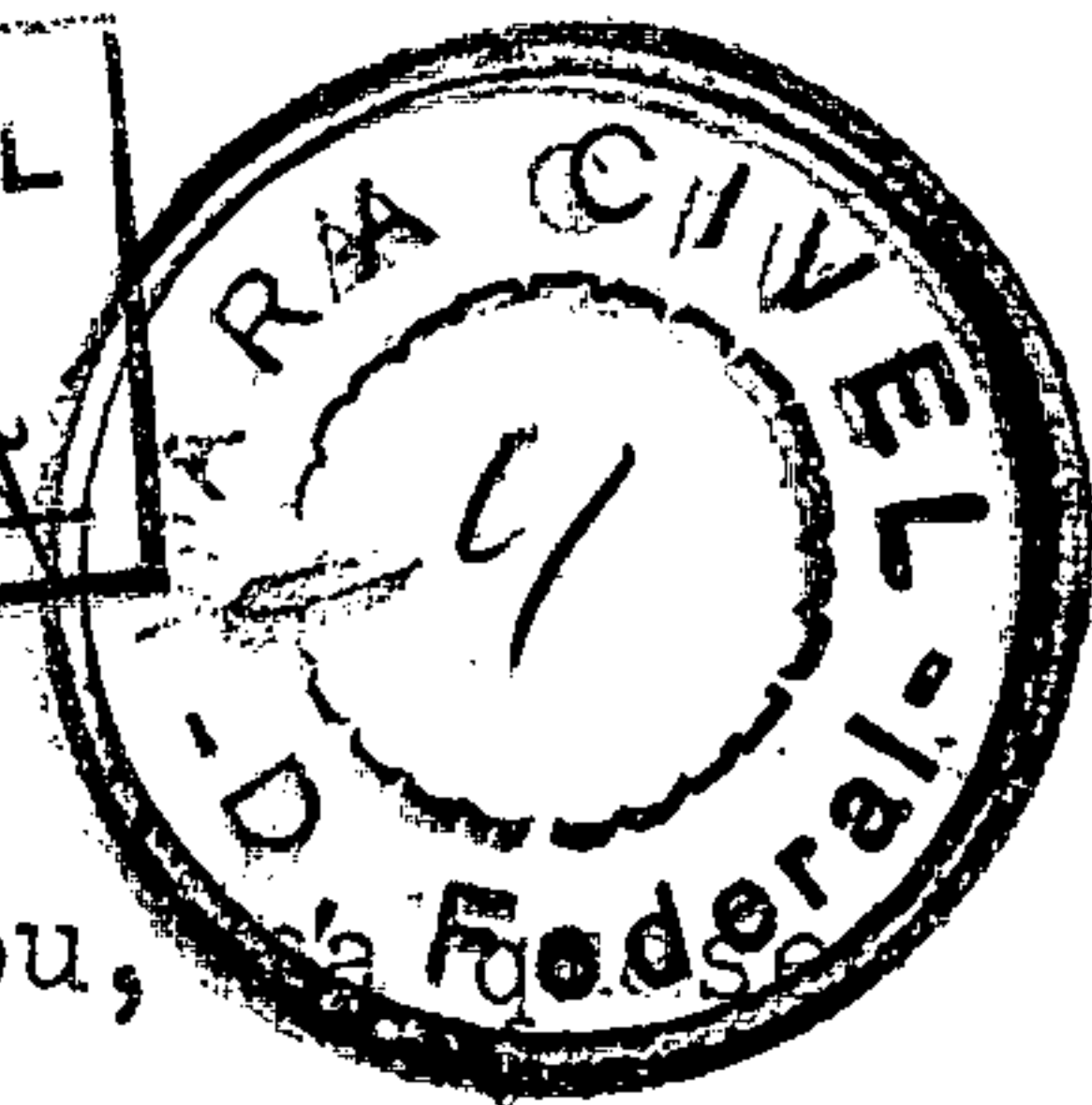
créditos de financiamento, equivalem a débitos conhecidos como débitos de funcionamento

Tais débitos constituem um recurso financeiro comum, usado no período em que as empresas estão fazendo a praça, impondo-se à confiança e à preferência dos consumidores. Débitos estes a serem cobertos com a receita financeira proveniente das vendas. Recurso temporário e limitado como se deduz, pois medeia entre a época da aquisição das mercadorias e a da venda; entre o prazo de pagamento pela compra e o do recebimento pela venda.

No mundo moderno, MM. Juiz, a atividade mercantil não pode ser considerada, apenas, em função da habilidade, da inteligência e da argúcia do comerciante. Fatores externos influem decisivamente. Transcendem do poder normal de previsibilidade dos fatores econômicos a incidir na gestão dos negócios. E nem mesmo que os comerciantes tivessem a seu serviço, o mais bem organizado e sefeto "brain trust", poderiam evitar que o seu ativo, de um momento para outro, pelos imprevistos assinalados, passasse para o quadro do passivo, sem que se possa irrogar-lhes dolo algum, responsabilidade mínima, pelo insucesso, no caso presente, apenas momentâneo.

É o caso dos autos, MM. Juiz, conforme já vimos esclarecendo V. Excia., num rápido passar de olhos pelos balanços, concluirá de igual modo..

A requerente possuía um débito de funcionamento vencido, em 31.12.61, de cerca de Cr\$ 4 000 000,00 (quatro milhões de cruzeiros). Por conta do mesmo até a mencionada data foram pagos Cr\$ 3 450 000,00 (tres milhões e quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros). Some-se as duas parcelas e ter-se-á o resultado de Cr\$ 7 450 000,00 (sete milhões e quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), o total de débito de funcionamento, como recurso financeiro usado pela firma, com prazo limitado até o dia 31.12.61.

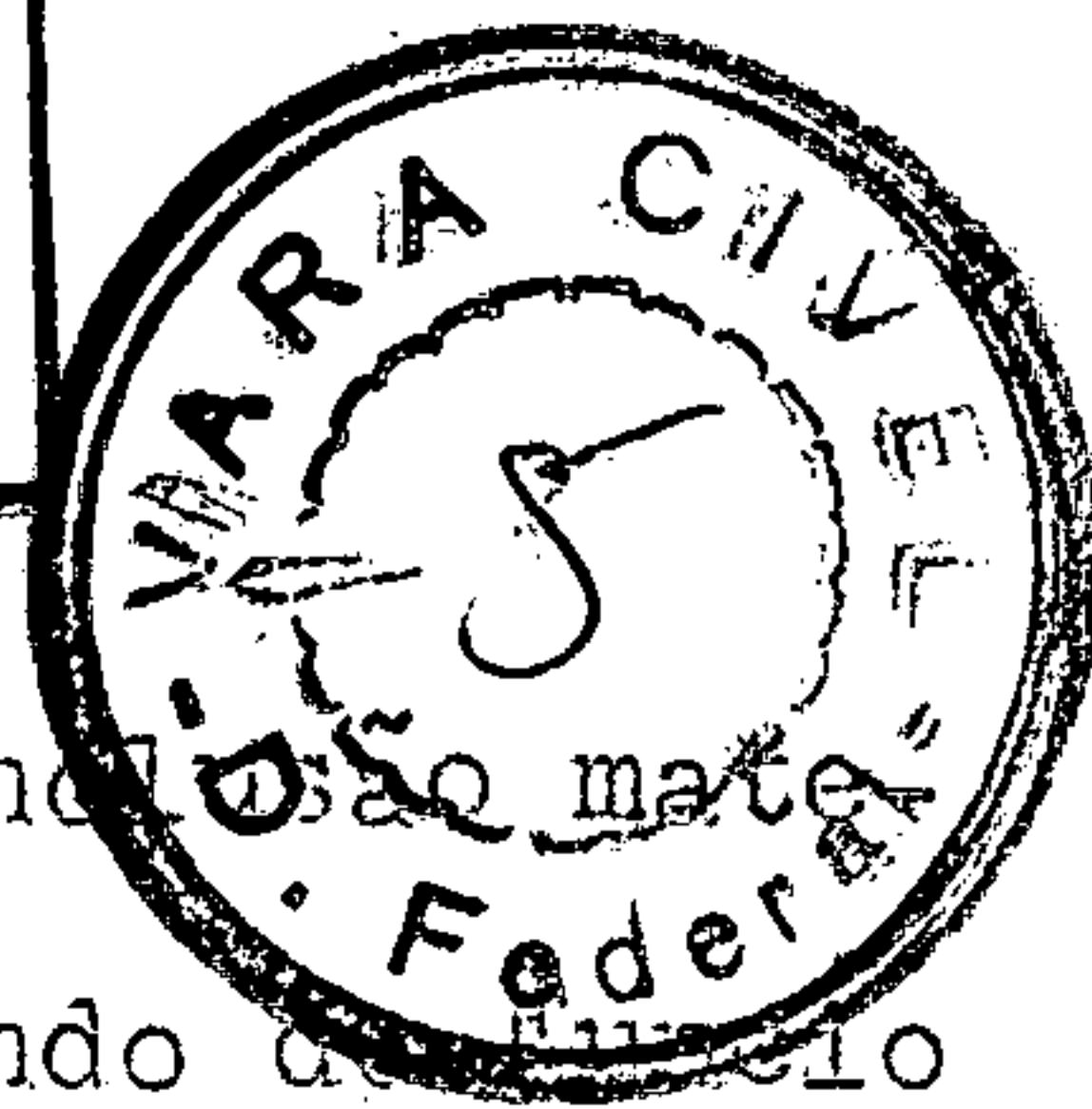


Ora, tal recurso, no caso dos autos, representou, totalidade, o capital circulante exigido. Tal capital foi financiado pelos fornecedores (credores). Isto por que, o fundo inicial mobilizado - Cr\$ 5 milhões de capital e mais o financiamento bancário líquido de Cr\$ 1,33 milhões, totalizando, pois, Cr\$ 6,33 milhões - foi absorvido quase todo no pagamento de parte do ativo fixo imobilizado - Cr\$ 1,45 milhões - e parte das despesas da sociedade durante o exercício - Cr\$ 4,12 milhões. Somando estas parcelas Cr\$ 5,77 milhões, conclue-se pela existência de um saldo líquido de Cr\$ 0,76 milhões, vale dizer Cr\$ 760 000,00 (se tezentos e sessenta mil cruzeiros)

Desse modo, para atender es compromissos do "débito de funcionamento" limitado a 31.12, o "quantum" necessário seria de Cr\$ 7.450.000,00 (sete milhões quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros), conforme já se assinalou. Mas se se registra um saldo líquido de Cr\$ 760 000,00 (setecentos e sessenta mil cruzeiros), há que subtrair-se este saldo dos fundos de capital e financiamento, obtendo-se, então, a quantia líquida de Cr\$ 6 690 000,00 (seis milhões e seiscentos e noventa mil cruzeiros).

Ora, esta verba de Cr\$ 6 690 000,00 (seis milhões e seiscentos e noventa mil cruzeiros, para atender à liquidação dos débitos de funcionamento, até 31,12.61, teria de proceder, forçosamente, de duas fontes: uma, a receita financeira das vendas (vendas recebidas), e a outra, de novos fundos, que poderiam resultar de aumento de capital (vivo), ou financiamento a longo prazo.

Sucedeu que o total das vendas no exercício findo foi de Cr\$ 11 660 000,00 (onze milhões seiscentos e sessenta mil cruzeiros). Desse total, a receita financeira, efetivamente recebida, foi de Cr\$ 3.680,000,00 (três mil/seiscentos e oitenta mil cruzeiros). Constata-se, pois que, no exercício findo, a receita financeira recebida equivale a uma percentagem de 31% (trinta e um por cento) sobre as vendas.



Chega-se, desse modo, diante da seguinte conclusão matemática: para atendimento aos compromissos do "Fundo de Funcionamento", com o recurso resultante das vendas, o total das vendas no exercício findo deveria ser de Cr\$ 21 600 000,00 .. (vinte um milhões e seiscentos mil cruzeiros).

Isto por que, com isto, atingiria a requerente um recebimento de Cr\$ 6 690 000,00 (seis milhões e seiscentos e noventa mil cruzeiros), quantia que cobriria o débito de funcionamento, como demonstramos à sociedade. Tal quantia representa exatamente 31% (trinta e um por cento) de Cr\$ 21 600 000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil cruzeiros)

Analisando-se a situação sob o prisma da segunda procedência, vale dizer novos fundos, com aumento de capital (vivo) ou financiamento a longo prazo, verifica-se o seguinte:

A verba necessária (prevista em 31.12.61) para cobrir o deficit consequente da diferença entre a receita financeira exigida - Cr\$ 6 690 000,00 (seis milhões seiscentos e noventa mil cruzeiros) - e a receita financeira, efetivamente recebida - Cr\$ 3 680 000,00 (três milhões seiscentos e oitenta mil cruzeiros) - é de Cr\$ 3 010 000,00.

A conclusão final sobre a situação financeira da requerente, em 31.12 - e até hoje as modificações não foram substanciais - é a de que a sua sobrevivência dependeria de um reforço de capital circulante, no ⁿⁱ mⁿⁱimo de Cr\$ 3 000 000,00 (três milhões de cruzeiros).

Ora, diante da situação financeira do país, pesadas as condições peculiares de Brasília, impossível a requerente obter este Capital.

E note-se que a situação econômica da firma é das melhores. Tem mais de Cr\$ 8 000 000,00 (oito milhões de cruzeiros a receber. Mantem dois excelentes contratos de locação. E seu ativo é de Cr\$ 28 920 785,80 (vinte e oito milhões novecentos e vinte mil setecentos e oitenta e cinco e

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records and the role of the auditor in this process. It highlights the need for transparency and accountability in financial reporting. The text emphasizes that the auditor's primary responsibility is to provide an independent opinion on the financial statements.

In the second section, the document outlines the specific procedures and standards that must be followed during the audit process. It details the steps from planning to the final reporting stage, ensuring that all aspects of the organization's financial health are thoroughly examined.

The third part of the document addresses the challenges and risks associated with auditing, particularly in complex or high-risk environments. It discusses the importance of maintaining objectivity and integrity throughout the process, despite potential pressures or conflicts of interest.

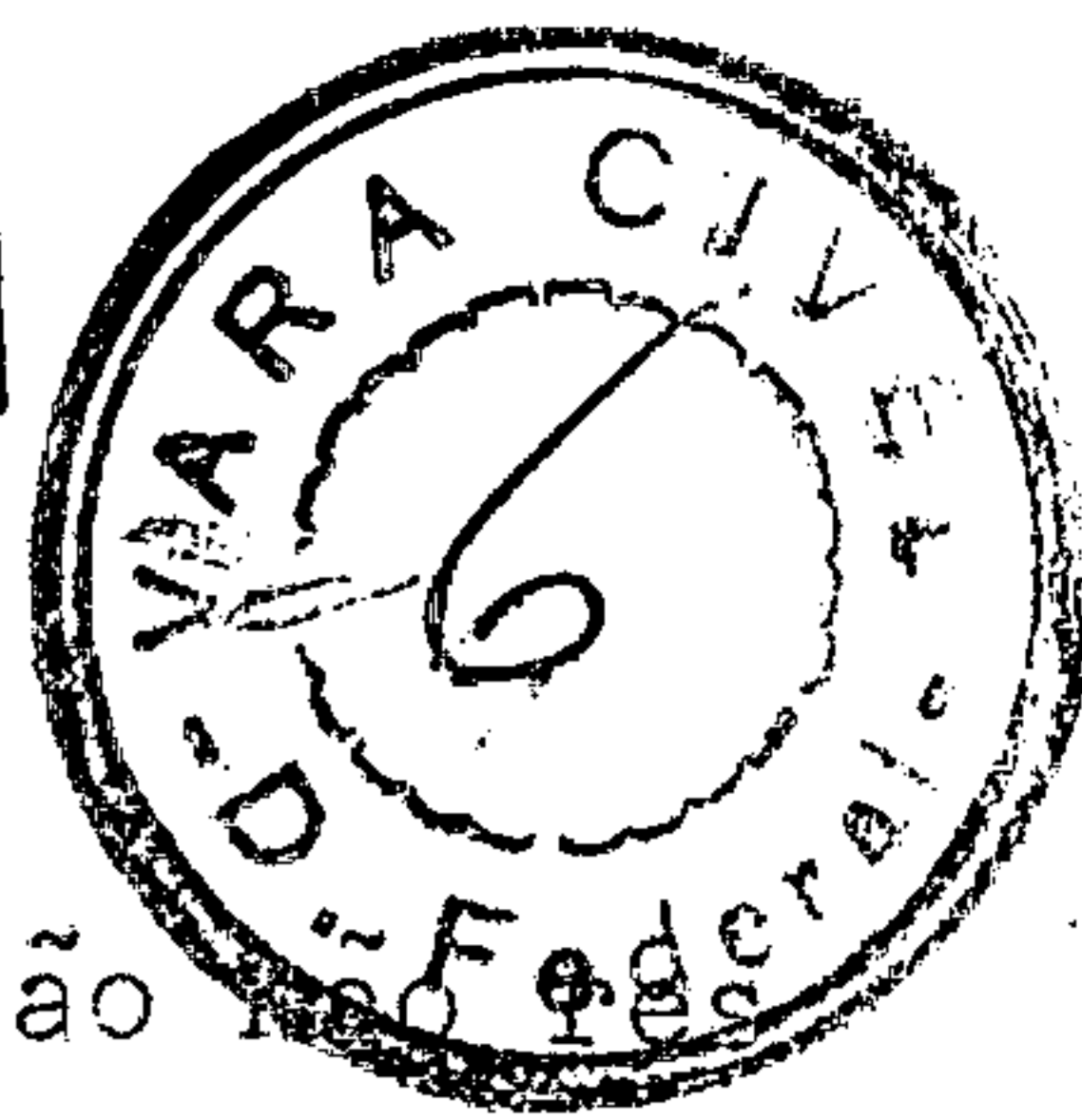
Finally, the document concludes by summarizing the key findings and recommendations. It stresses the ongoing nature of the audit process and the importance of continuous improvement in auditing practices.

The following table provides a detailed breakdown of the financial data reviewed during the audit. Each row represents a different category of expenditure or revenue, with columns detailing the amount, the source or destination, and any relevant notes or observations.

Category	Amount	Source/Destination	Notes/Observations
Administrative Expenses	\$12,500	Office Supplies, Rent	Compliance with budgetary controls.
Capital Expenditures	\$45,000	Equipment Purchase, Building Maintenance	Proper authorization and documentation required.
Operating Expenses	\$78,000	Salaries, Utilities, Insurance	Regular review and approval of invoices.
Revenue	\$210,000	Product Sales, Service Fees	Accurate recording and reconciliation.
Net Income	\$74,500	Profit After Tax	Consistent with management reports.

The audit also identified several areas for improvement, including enhancing internal controls over financial reporting and strengthening the relationship with external stakeholders. Management is encouraged to implement these recommendations to further improve the organization's financial performance and transparency.

In conclusion, the audit process has been completed successfully, and the financial statements are found to be reliable and accurate. The auditor expresses confidence in the organization's financial reporting and looks forward to future engagements.



e oitenta centavos).

Diante dessa alternativa, outra solução não apresentou aos seus sócios, depois de longa meditação, senão a presente.

Esteve presente ao tomarem a resolução a lição do professor Alexandre Marcondes Filho, em sua Exposição de Motivos, quando destaca que

"A concordata preventiva visa as relações do devedor com seus credores quirografários. No complexo das atividades do comerciante ela é um compartimento estanque, dentro do qual se modificam aquelas relações. Prevenindo a declaração da falência, essa concordata não cancela a administração do devedor, nem impede a continuação do seu negócio, e, por isso mesmo, não antecipa o vencimento dos créditos não sujeitos aos seus efeitos. Os titulares de privilégios continuam no exercício pleno de seus direitos. Não sendo envolvidos os seus interesses no processo, a êle não devem comparecer."

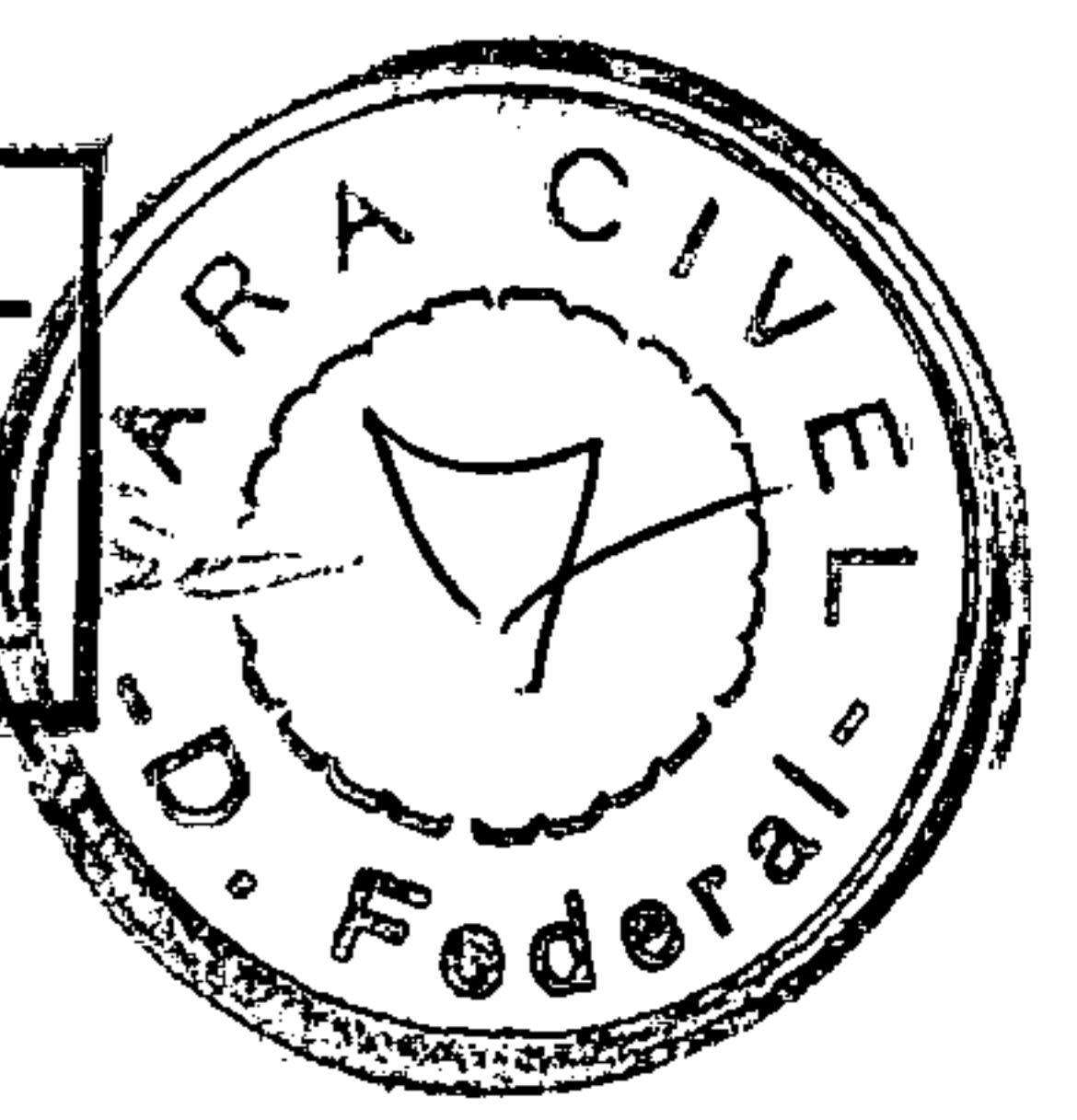
Estão convictos que liquidarão todos os seus débitos, daí propôr o pagamento integral de todos, requerendo, para tanto, o prazo máximo legal de 2 (dois) anos.

A garantia para que se efetive tal pagamento, no prazo previsto, é a excelente situação econômica da firma. Os quirógrafos não atingem a quinze milhões, conforme balanço e realação geral de credores (letra "D"). E só de duplicatas a receber o crédito da requerente ultrapassa de Cr\$ 9 000 000,00 (nove milhões de cruzeiros). Os negócios, por certo se desenvolverão. E as vendas, no mínimo, se duplicarão e, tendo em vista o raciocínio desenvolvido, páginas acima, tal é o quanto basta para assegurar o pagamento integral dos credores quirografários.

Em face do exposto, requerendo o pagamento dos primeiros dois quintos, em três prestações quadrimestrais, e os restantes três quintos, em prestações de idêntico número, tudo totalizando 2 (dois) anos.

Junta a requerente, para satisfazer as exigências

3.ª VARA CIVIL
FLS. 09



legais, os seguintes documentos:

- a) registro de firma
- b) registro de contrato (docs. I a V)
- c) certidões negativas dos Oficiais de Protesto
- d) balanço anual e suas peças
- e) balanço extraordinário c/ Lucros e Perdas
Relação de dívidas ativas
Relação de credores quirográficos (fornecedores)
Credores diverso
Relação de bens
- f) imposto de consumo
- g) imposto sindical
- h) contratos de locação

Apresenta, ainda, o requerente os seus livros obrigatórios, a saber: Diário n. 1 -
Diário n. 2 (tipo copiativo)
Registro de inventário
Copiador de cartas COMERCIAIS
Registro de Vendas à Vista
Registro de Compras
Registro de Contas assinadas -
Copiador de Faturas FISCAIS

Estão todos revestidos de todas as formalidades legais para serem encerrados e depositados, em cartório até o deferimento da concordata, ora requerida, nos exatos termos dos arts 156 e seguintes da Lei de Falências, esclarecendo não ocorrer os impedimentos do art. 140 e estarem satisfeitas as exigências dos arts. 158, 159 e 160 da mesma Lei.

Termos em que
Pedem deferimento

Brasília, em 12 de fevereiro de 1962

Joselito Borges Rios
Joselito Borges Rios

Manuel Batista Cavalcante
Manuel Batista Cavalcante

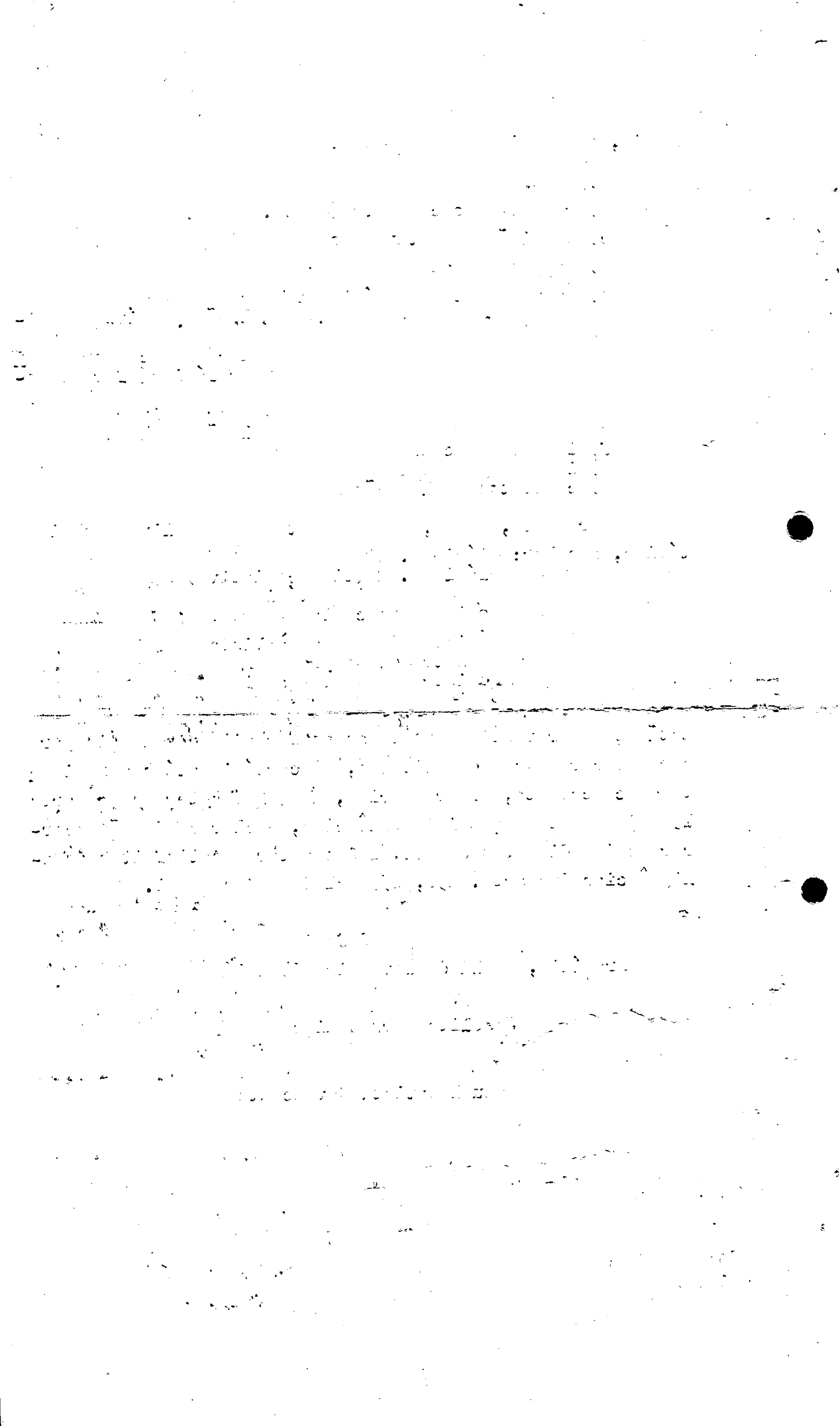


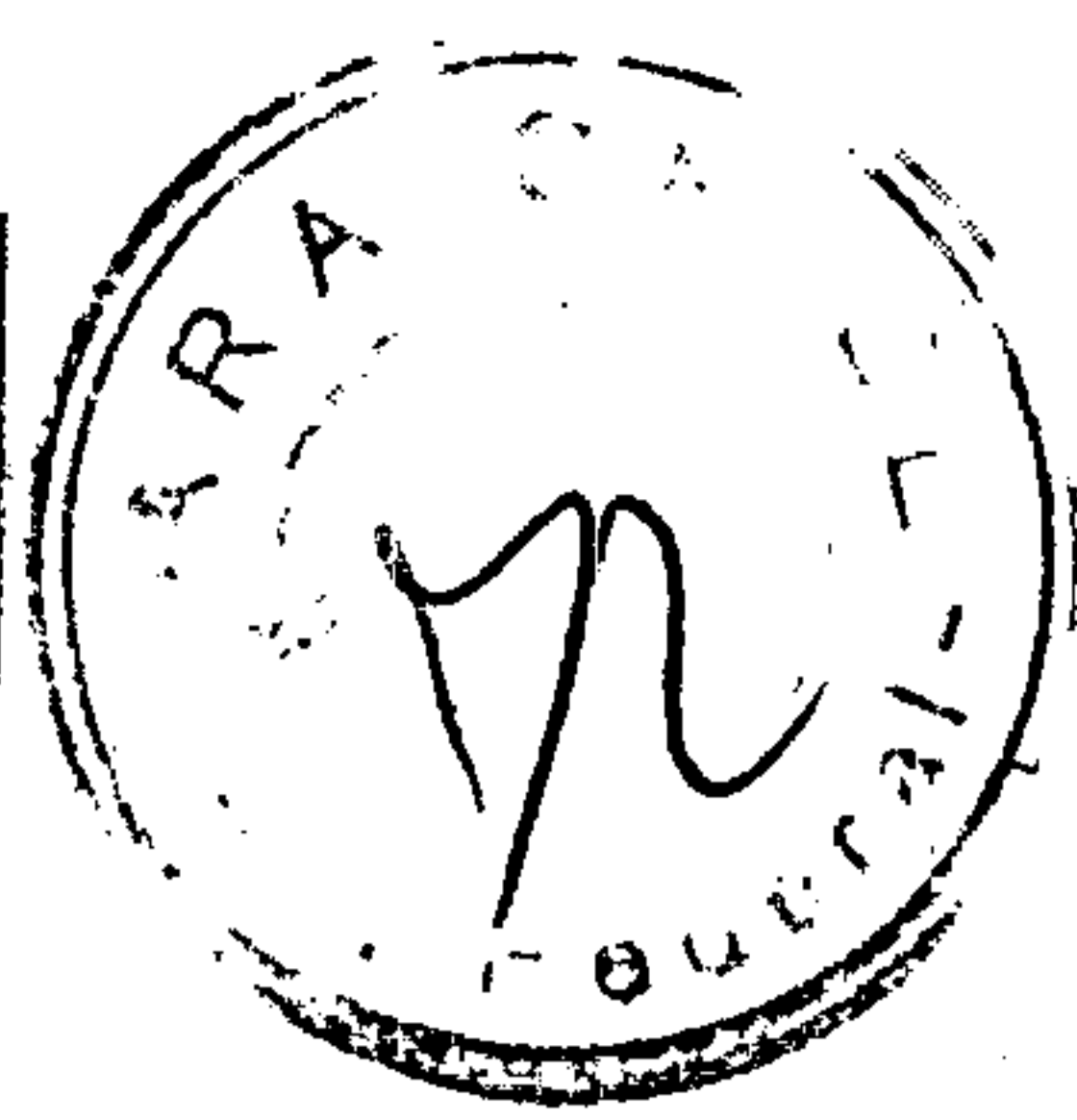
CARTORIO DO 2º. OFÍCIO
RECONHECIMENTO

Reconheço a assinatura de *Joselito Borges Rios*
e *Manuel Batista Cavalcante*

Doa fé. Brasília, 12 de *Fev* de 1962
Em testemunho *Alberto Pereira do Valle* da verdade

Alberto Pereira do Valle - Esc. Autorizado





CERTIDÃO

Certifico que a requerente
ampara-se no art. 160, parágrafo 2º, de
Lei de falência, depositando R\$ 10.000,00

referido o valor de R\$ 10.000,00.

Brasília, 14 de janeiro de 1962

[Handwritten signature]
ESCRIVÃO

CONCLUSÃO

Aos 14 de janeiro de mil
novecentos e 62, faço
conclusões ao Exmo. Sr. Dr. Juiz

[Handwritten signature]
ESCRIVÃO

CONCLUSÃO

Aos 14 de janeiro de mil
novecentos e 62, faço
conclusões ao Exmo. Sr. Dr. Juiz

[Handwritten signature]
ESCRIVÃO

Alô-ueis e Decoracões Rio-Sa Ltda.
allegando retirada de créditos, etc.
da orientação impulsionada a
política financeira, bem como
a atenção para as condições pe-
culhadas da moeda capital, um

— petra concordata preventiva dilatória, ofe-
recendo aos credores quirografários o pa-
ramento integral de seus créditos, seu-
do dois quintos (2/5) no primeiro ano
e os restantes (3/5) três quintos, no
segundo ano. Havendo a petru dente do
favor legal apresentados os documentos
a que alude o § unico, do art. 139,
lira dos impedimentos do art. 140
e cumpridas as condições do art. 138,
todas da Lei Falimentar, de fto o pe-
di do de formação de concordata pre-
ventiva apurada pela "Bureau e Reco-
sações Rio Sar Ltda", estabelecida, na
ta cidade, na av. W-3- Q-13- Loja 4;
determino a sentença de acor e exe-
cução contra a devedora, por credi-
tos sujeitos aos efeitos da concor-
data; concedo, aos credores, o prazo
de vinte (20) dias para apresentação
das declarações e documentos justifica-
tivos dos seus créditos; prometto co-
missão a "Olicetti Industrial SA",
estabelecida, nesta capital, na av. W-3-
Q-6-B- Lotes 6 e 7, num. dos ma-
os credores da impetrante, nesta
praca; intimem-se, "in faciem",

473

- o fiscal nomeado; expedir-se o edito
a que alude o art. 161, § 1º, I,
da Lei Falimentar.

15-2-962

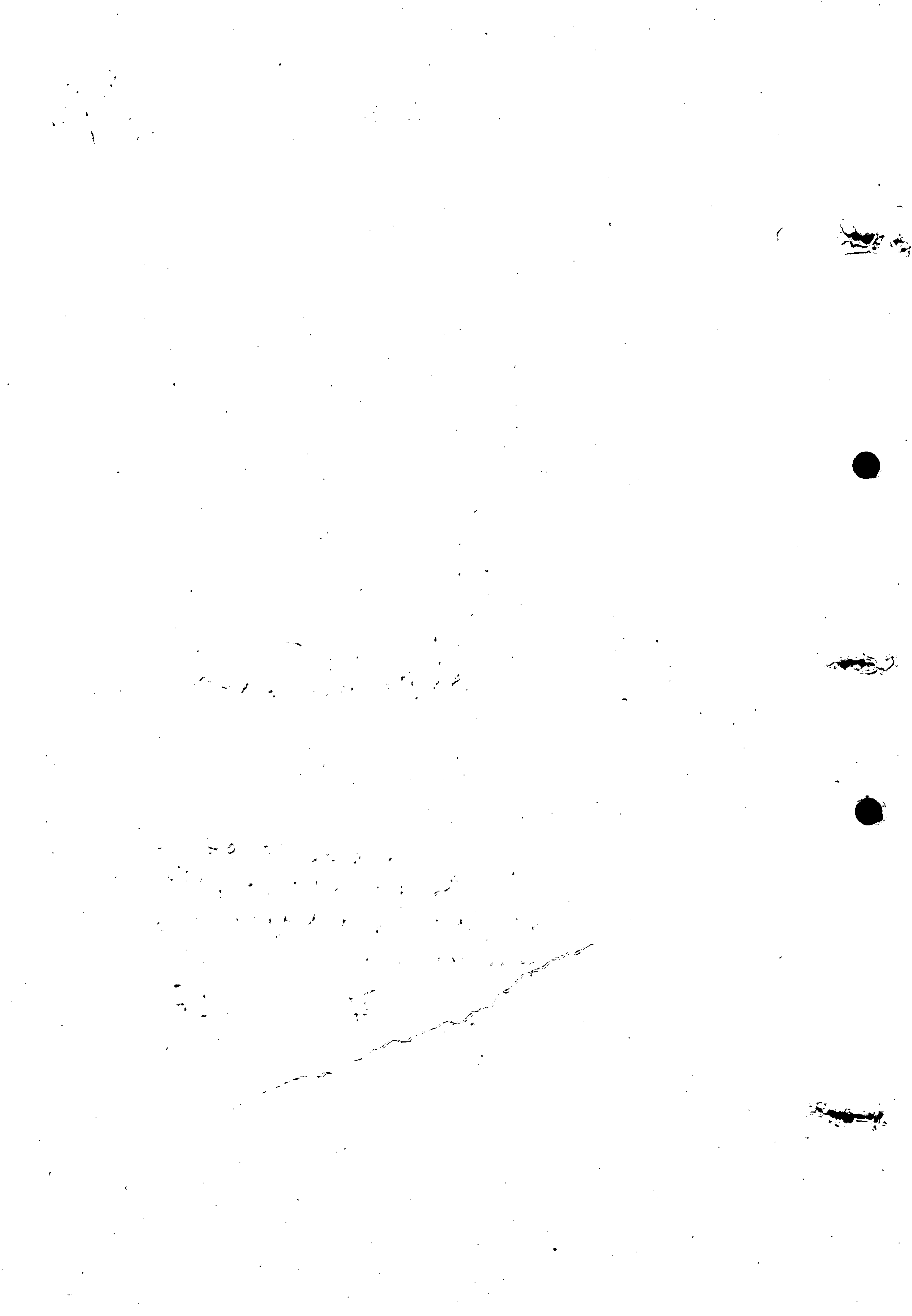
Adelino Souto Pereira

ATA
Em 15 de Fevereiro de 1962
foi realizada a sessão de
juízo em audiência pública
na qual compareceram
os senhores
Adelino Souto Pereira
Luiz de Souza

CERTIDÃO

Certifico que se procedeu ao
prestar editais, afixan-
do, em, no lugar
prescrito.

Em 16 de Fevereiro de 1962
Luiz de Souza



Vistos, etc.

3.^a VARA CIVIL
FLS. 149

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
3.^a VARA CIVIL
149

----- Nos autos da Concordata impetrada por "MOVEIS E DECORAÇÕES RIO LAR LTDA.", o Comissário apresentou seu Relatório às fls. 147 usque 150.

Atendendo a imposição legal, às fls. 153, o Sr. Escrivão certifica que a Concordatária "não exibiu, até esta data, prova de pagamento dos impostos e contribuições ao I.A.P.C."

Determina o art. 174, inciso I, da Lei de Falências que o juiz decrete a quebra do requerente da concordata quando, após a apresentação do Relatório do Comissário, o devedor não exhibir prova de pagamento dos impostos relativos à profissão, federais, estaduais e municipais, e das contribuições devidas ao Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões do ramo de indústria ou comércio a que pertencer.

Aliadas a tal fato, constam às fls. 154/157 denúncias de gravíssimas irregularidades, tais como desvio de fundos da massa, ocupação indevida do imóvel sede da empresa, venda por preço vil de mercaderias do estoque, falta de escrituração contábil, etc.

Pelas razões expostas e nos termos dos arts. 174, I, 162, I, e 176, da Lei de Falências, decreto, hoje, às 12 horas, a falência de "MÓVEIS E DECORAÇÕES RIO LAR LTDA.", estabelecida nesta cidade.

Nomeio Síndico o próprio Comissário (fls. 80).

Fixo em 20 (vinte) dias o prazo para habilitação de credores (arts. 162, III, e 80, da Lei Falimentar).

Determino que o Síndico, ora nomeado, a vista de constante às fls. 154 usque 175, informe da conveniência da imediata instauração do inquérito judicial.

Esclareça o Síndico quais os sócios da falida, inclusive

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry should be supported by a valid receipt or invoice. This ensures transparency and allows for easy verification of the data. The second part of the document details the specific procedures for recording these transactions, including the use of standardized forms and the requirement for double-checking entries before finalizing them.

The third part of the document outlines the reporting requirements for the data collected. It specifies that reports must be generated on a monthly basis and submitted to the relevant authorities. These reports should provide a clear summary of the total transactions, categorized by type and value. The fourth part of the document discusses the security measures that must be implemented to protect the data from unauthorized access or loss. This includes the use of secure storage systems and the implementation of strict access controls.

The fifth part of the document addresses the issue of data integrity and the need for regular audits. It states that audits should be conducted at least once a year to ensure that the data remains accurate and consistent over time. The sixth part of the document discusses the importance of training staff on the correct procedures for data entry and reporting. This ensures that all personnel are aware of their responsibilities and can perform their duties effectively.

The seventh part of the document discusses the importance of maintaining a clear and organized system for storing and retrieving data. It suggests the use of a database system that allows for easy searching and filtering of information. The eighth part of the document discusses the importance of keeping the system up-to-date with the latest software and security patches. This helps to minimize the risk of system downtime and data breaches.

The ninth part of the document discusses the importance of having a clear and concise set of policies and procedures in place. These should be easily accessible to all staff and should be reviewed regularly to ensure they remain relevant and effective. The tenth part of the document discusses the importance of having a clear and concise set of policies and procedures in place. These should be easily accessible to all staff and should be reviewed regularly to ensure they remain relevant and effective.



inclusive os não ostensivos, se existentes.

Cumram-se as demais exigências legais (arts. 15 e 16, da Lei de Falências).

Publique-se, registre-se e intime-se.

Brasília, em 26 de abril de 1965.

[Handwritten signature]
Juiz em exercício

Enviado à publicação no
DJ. em 28.4.65

Faint, illegible text at the top of the page, possibly a header or title.

... - 1171 ...
... ..
... ..
... ..





843

CERTIDÃO

Certifico que a sentença fs 810 transitou
em Julgado, pois dela não houve recurso ao que me
consta. Dou fé.

Brasília, 18 de 08 de 1976

(D)
Diretor de Secretaria

